



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA**

**Município: JAÍBA/MG**



## Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	4
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	18
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	18
VIII - CONCLUSÃO	19





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



## I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Especial

Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA

CPF/CNPJ: 25.209.149/0001-06

Município/UF: JAÍBA-MG

Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA

CPF/CNPJ: 25.209.149/0001-06

Município/UF: JAÍBA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: março/20 a agosto/23 e atual

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	06/02/2025	09/05/2025
Execução - In loco	13/05/2025	16/05/2025
Relatório	19/05/2025	05/06/2025

Tarefa Nº: 152552

Natureza da Entidade: Municipal

## II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### III - INTRODUÇÃO

##### FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Especial em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2025, que propôs a realização de auditoria no Município de Jaíba/MG.

A demanda se originou da Nota Técnica 01/2024 - SES/URSB-RB-ARAS-SUS/MG, de 23/07/2024, emitida por Auditoras das Auditorias Regionais de Barbacena e de Juiz de Fora, encaminhada via processo SEI: 1320.01.0106633/2024-52 à Auditoria do SUS-MG (AUDSUS) sugerindo a realização de auditoria na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Rosário da Limeira, com foco no Serviço de Controle e Avaliação, mediante as ações de Auditoria realizadas no Município de Muriaé, a saber: Atividade nº 747 - Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo e Atividade nº 748 - Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé.

Após análise da documentação encaminhada e levantamento de informações complementares, foi emitido o Parecer nº 09/SES/AUDSUS/2024, deliberado em Reunião Colegiada da Câmara Técnica da AUDSUS no dia 29/09/2024, que concluiu pela admissibilidade da demanda para realização de auditoria pelo Componente Estadual de Auditoria do SUS-MG, bem como identificou a necessidade de realização de auditoria especial na Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba/MG.

Por meio do Memorando SES/GAB-AUDSUS.nº 91/2025, de 14/02/2025, a equipe de auditores da Auditoria Regional Jequitinhonha/Superintendência Regional de Saúde de Diamantina foi designada para realização da auditoria.

##### OBJETIVO E ESCOPO

- Verificar se a SMS de Jaíba encaminhou usuários do SUS para o Município de Muriaé (Hospital São Paulo) e como foram realizados esses encaminhamentos, visto que de acordo com a PPI não existe pactuação entre esses dois municípios;
- Verificar se a SMS de Jaíba realizou encaminhamentos de usuários do SUS para o Município de Muriaé, com a intermediação da SMS de Rosário de Limeira;
- Verificar se o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) do Município de Jaíba realiza o controle e a regulação do acesso da população própria em relação à lista de procedimentos que foram realizados no Hospital São Paulo, em Muriaé;
- Verificar se atualmente o Município de Jaíba realiza encaminhamentos irregulares de usuários do SUS para realização de procedimentos eletivos em municípios não pactuados.

O período de abrangência desta auditoria é referente a março de 2020 a agosto de 2023 (período dos fatos denunciados) e 2025 (situação atual).

##### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O Município de Jaíba situa-se na Região Norte do Estado de Minas Gerais, a 630 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Norte e na Microrregião Janaúba/Monte Azul (PDR-SUS/MG 2019). Segundo o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), sua população era de 37.660 habitantes, no ano de 2022, sendo essa população distribuída por uma área de 2.635,4 km<sup>2</sup> (IBGE/Censo 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Jaíba é de 0,638, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

Jaíba assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIBSUS/MG Nº 3.969, de 19 de outubro de 2022, com efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2023. O município possui 22 unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: 14 Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um Centro de Especialidades Odontológicas, 02 Farmácias Básicas e um Hospital Municipal (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 10/02/2025).

#### IV - METODOLOGIA



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



#### FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0131900/2024-44;
- Análise do processo da pasta de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0131907/2024-49;
- Análise da Planilha anexa ao Relatório da Auditoria nº 747, com dados das 60 internações dos usuários do SUS de Jaíba no Hospital São Paulo, em Muriaé;
- Elaboração da matriz de planejamento da auditoria;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da matriz de planejamento da auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao município de Jaíba, acessados em 10/02/2025;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Jaíba, disponíveis no site: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Jaíba/2013;
- Elaboração dos cronogramas de auditoria (analítica e operativa).

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 90/2025 (Comunicado de Auditoria) foram solicitados:

#### a) Documentos referentes ao período de março de 2020 a agosto de 2023 e ao período atual (ano de 2025):

- Agendas/planilhas/relatórios de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares (consultas, exames especializados, cirurgias) para munícipes de Jaíba no Município de Muriaé (Hospital São Paulo);
- Relatórios de contra referência dos atendimentos realizados em Muriaé;
- Relatórios do Setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) ou do Setor de Transportes referentes ao transporte de usuários do SUS de Jaíba para o Município de Muriaé;
- Documentos (relatórios, planilhas, e-mails, ofícios, etc) relacionados à intermediação da SMS de Rosário de Limeira, para encaminhamento de usuários do SUS para o Município de Muriaé (Hospital São Paulo).

#### b) Documentos referentes ao período atual (ano de 2025):

- Agendas/planilhas/relatórios de marcação de procedimentos cirúrgicos para munícipes de Jaíba em outros municípios;
- Listas de espera de procedimentos cirúrgicos (munícipes referenciados a outros municípios);
- Protocolos de Regulação do Acesso;
- Documentos referentes à revisão da Programação Pactuada e Integrada (PPI) do município, em relação à procedimentos referenciados para outros municípios;
- Ato de nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função.

#### FASE OPERATIVA

A auditoria operativa foi realizada no período de 14 a 15/05/2025. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Jaíba às 08h10min do dia 14/05/2025. Posteriormente a equipe foi conduzida para a sala de reuniões da SMS, onde foi realizada a reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo dos trabalhos e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 90/2025, de 19/03/2025 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como do Secretário Municipal de Saúde (Sr. W.L.S.), da Coordenadora da Regulação (Sra. D.A.V.), da Diretora Especial do TFD (Sra. D.A.D.L.M.) e da Diretora Especial da Saúde (Sra. M.C.F.). As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS (nos Setores de Regulação e de TFD). Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de oitivas com profissionais da SMS. Também foram realizadas entrevistas com usuários do SUS. A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sala de reuniões da SMS, no dia 15/05/2025, às 16h00min e contou com a presença da equipe de auditores, da Coordenadora da Regulação, da Diretora Especial do TFD e da Diretora Especial da Saúde.

#### V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 703712



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Referência/Contra-referência

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba encaminhou e encaminha usuários do SUS para atendimento em municípios com os quais não possui pactuação formal estabelecida.

**Evidência:** Em consulta a uma planilha anexa ao Relatório de Auditoria nº 747, verificou-se que no período de março de 2020 a agosto de 2023 foram realizadas 60 internações no Hospital São Paulo, em Muriaé, de pacientes residentes no Município de Jaíba. Dessas internações, 54 foram realizadas pelo médico W.R.B. (CRM \*\*427).

Em entrevista, o Sr. W.L.S., atual Gestor de Saúde de Jaíba, relatou não saber informar sobre o que ocorria anteriormente à sua gestão.

Foi verificado o Memorando nº 096/2020, de 22/05/2020, expedido pela SMS de Jaíba, solicitando ao Setor de Finanças da Prefeitura ajuda de custo para TFD (alimentação e transporte) para o paciente J.O.D. e sua acompanhante D.A.O.R.D., além de Ordens de Pagamentos favorecendo esse paciente, datadas de 05/05/2023 e 09/05/2024. O paciente em questão encontrava-se em tratamento no Hospital do Câncer de Muriaé. Esse documento comprova que houve encaminhamento pela SMS de Jaíba deste usuário para o Município de Muriaé. Não foram localizados outros comprovantes de encaminhamento referentes ao período de março de 2020 a agosto de 2023.

Com relação ao período atual, o Gestor relatou que ocorrem atendimentos de pacientes de Jaíba, nos Municípios de Muriaé e São João Del Rei, principalmente, para realização de procedimentos cirúrgicos oncológicos. Informou que os pacientes, após a avaliação do médico cirurgião que atua nos Municípios de Muriaé e São João Del Rei, procuram a Secretaria de Saúde de Jaíba, já com o laudo de solicitação de AIH para autorização. A SMS recebe essa solicitação e realiza o cadastro da AIH no SUS Fácil.

Em consulta ao TABNET, do período de janeiro de 2020 a março de 2025, verificou-se o registro de 43 AIHs de usuários de Jaíba aprovadas para a Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei e 63 para Casa de Caridade de Muriaé Hospital São Paulo.

Em consulta a Relatórios extraídos do site da PPI Assistencial, verificou-se que Jaíba não possui pactuação na PPI com os Municípios de Muriaé e São João Del Rei. Existe pactuação de Jaíba com Montes Claros, para realização de cirurgias oncológicas (exceto para oftalmologia, que é Belo Horizonte) e com Janaúba, Montes Claros e Belo Horizonte, para realização das demais cirurgias eletivas não oncológicas.

A Sra. D.A.V., Coordenadora da Regulação, relatou que não realiza agendamentos de procedimentos de usuários do SUS para o Município de Muriaé. Não existem relatórios, agendas ou planilhas no Setor de Regulação com registros desse tipo de encaminhamento.

Segundo relatos de quatro usuários entrevistados durante a auditoria operativa, o Sr. J.B., atual vereador de Jaíba, é o responsável por fazer o contato com o médico W.R.B., que tem sido o profissional responsável por realizar a maioria das cirurgias em Muriaé e São João Del Rei. O transporte é realizado pelo Sr. J.B., em carro próprio, sendo que o custo das viagens é dividido entre os próprios pacientes. A hospedagem de pacientes e acompanhantes ocorre em uma Casa de Apoio que também é disponibilizada pelo Sr. J.B.. Segundo relato dos usuários, alguns gastos com alimentação são custeados por eles próprios. Todos os entrevistados relataram que os custos com a internação para a realização das cirurgias são pelo SUS.

Ao realizar uma pesquisa no SUSFácil, do período de janeiro a maio de 2025, verificou-se que a SMS de Jaíba fez a solicitação de 6 cirurgias oncológicas, a serem realizadas na Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei. Todos os procedimentos foram realizados pelo médico W.R.B.. Esse fato comprova que a SMS atualmente encaminha usuários para realizarem cirurgias em São João Del Rei, Município que não é referência para Jaíba na PPI.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título II, Capítulo II, Art.19; Portaria de Consolidação MS/GM nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, Art. 10, § 3º item IV e Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021 - Anexo III, item 4.1.g.

Fonte da Evidência: \*Planilha anexa ao Relatório da Auditoria nº 747, com dados das 60 internações dos usuários de Jaíba no Hospital

São Paulo de Muriaé;

\*Relatórios da PPI Assistencial;

\*Termo de entrevista com o Sr. W.L.S., Secretário Municipal de Saúde de Jaíba, datado de 14/05/2025;

\*Memorando nº 096/2020, datado de 22/05/2020, da Secretaria Municipal de Saúde para Secretaria Municipal de Finanças de Jaíba;

\* Ordem de Pagamento nº 07558, datada de 05/05/2023, favorecendo D.A.O.R.D.;

\* Ordem de Pagamento nº 08587, datada de 09/05/2024, favorecendo D.A.O.R.D.;

\* Relatório extraído do site do TABNET/DATASUS. Procedimentos hospitalares do SUS - por local de residência - Minas Gerais. AIH aprovadas por Estabelecimento. Município: 313505 Jaíba. Período: Jan/2020 - Mar/2025;

\*Termo de entrevista com a Sra. D.A.V., Coordenadora de Regulação, datado de 15/05/2025;

\*Entrevistas com quatro usuários que realizaram cirurgias oncológicas nos Municípios de Muriaé e São João Del Rei, realizadas no dia 15/05/2025;

\*Laudos de solicitação de internação extraídos do SUSFácil, do período de março/2020 a agosto/2023 e do período de janeiro a maio/2025.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1- Por meio de Documento, datado de 31 de julho de 2025, o Sr. W.L.S. (pessoa física e responsável legal pela pessoa jurídica), se manifestou da seguinte forma:

- A constatação nº 703712 do Relatório Preliminar de Auditoria aponta que a Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba teria encaminhado pacientes do SUS para atendimentos em municípios com os quais não há pactuação formal estabelecida, com destaque para o Município de Muriaé/MG. Entretanto, cumpre esclarecer que a atual gestão da Secretaria Municipal de Saúde, que assumiu o comando da pasta em janeiro de 2025, não realiza esse tipo de envio de forma institucional ou deliberada. Os registros apresentados na auditoria referem-se, em sua maioria, a atos ocorridos nas gestões anteriores, abrangendo o período de março de 2020 a dezembro de 2024.

É importante enfatizar que houve, no início de 2025, uma transição administrativa na Prefeitura de Jaíba, com a posse de nova gestão municipal, o que compreende igualmente a substituição integral do comando da Secretaria de Saúde. A atual administração, desde seu primeiro dia de exercício, tem pautado suas ações pela legalidade, eficiência e transparência, e não autoriza encaminhamentos a municípios sem prévia pactuação regular no âmbito da Programação Pactuada e Integrada (PPI), conforme preceituam as Portarias de Consolidação MS/GM nº 01/2017 e nº 02/2017 e as Resoluções da CIT.

O que se verifica, na prática, é a persistência de interferências políticas externas que operam à margem da estrutura administrativa da Secretaria. Trata-se de um problema crônico e de difícil controle, pois determinados agentes políticos locais possuem vínculos pessoais e históricos com prestadores de serviços médicos no Município de Muriaé. Em função dessas articulações particulares, cidadãos jaibenses acabam buscando, por conta própria, esses atendimentos fora da rede pactuada, sendo que, em muitos casos, já chegam à sede da Secretaria com a Autorização de Internação Hospitalar (AIH) emitida diretamente pelo prestador, solicitando tão somente que o setor competente realize o cadastro da AIH no sistema SUSFácil para viabilizar a internação.

Nessa circunstância, a atuação da Secretaria de Saúde se limita, muitas vezes, à regularização técnica de um fato já consumado, diante da impossibilidade de negar a solicitação do paciente, que, muitas vezes, já se encontra em deslocamento ou com data marcada para o procedimento cirúrgico.

A não formalização da AIH, nesses casos, representaria risco de descontinuidade assistencial e potencial responsabilização por omissão. Reforça-se, assim, que o Município não realiza o envio ativo e deliberado desses usuários para municípios não referenciados apenas lida, administrativamente, com fatos já consolidados pela atuação direta dos





usuários e seus representantes políticos.

Dessa forma, a gestão atual da Secretaria de Saúde de Jaíba reafirma que não compactua com essa prática e que vem implementando medidas para romper com essa lógica informal. Desde janeiro de 2025, estão sendo reforçadas as diretrizes internas de encaminhamento, além da reorientação da equipe técnica sobre os fluxos legais e pactuados. A Secretaria também vem buscando apoio para ampliar a oferta efetiva de cirurgias eletivas e oncológicas na região de referência, o que permitirá reduzir a pressão sobre os pacientes e minimizar a dependência de alternativas extraoficiais.

2- Por meio de Documento, datado de 13/08/2025, o Sr. J.L.G.F. (pessoa física), se manifestou da seguinte forma:

Em referência ao ofício em epígrafe, gostaria de salientar que fiquei como secretário de saúde de Jaíba num período muito curto entre 12/03/2020 a 23/03/2020 quando fui nomeado para ocupar outra secretaria. Reafirmo que durante esse período não houve na minha gestão, autorização ou solicitação para internações ou cirurgias eletivas no município de Muriaé. Por fim, apresentou a documentação que comprova a função exercida (nomeação para o cargo de Secretário de Saúde e posteriormente para o cargo de Secretário de Agricultura, em anexo).

3 - Por meio de Documento datado de 08/08/2025, a Sra. L.S.S. (pessoa física) se manifestou da seguinte forma:

Em resposta ao ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 287/2025; processo SEI:1320.01.0131900/2024-44, em atenção as considerações apresentadas no relatório de auditoria 770, onde o objetivo e escopo foram:

1) Os encaminhamentos de usuários do SUS do Município de Jaíba para o Município de Muriaé (Hospital São Paulo).

a) Sobre os atendimentos realizados em Muriaé:

Conforme dados extraídos do Tabwim/DATASUS RETIRADOS em 06/08/2025 podemos verificar que os atendimentos realizados no município de Muriaé - englobam atendimentos de caráter eletivos e urgência.

Cumpramos esclarecer que conforme análise realizada nos anos de 2021 a 2024, período estes em que estive com Gestora Municipal de Saúde do Município de Jaíba, podemos observar conforme planilha abaixo relacionada:

(Vide planilha presente no texto encaminhado).

Pelo dados analisados, temos os seguintes pontos sobre os pacientes de Jaíba atendidos no município de Muriaé de 2021 a 2024:

b) Volume total de atendimentos

Total de registros: 53 pacientes no ano.

c) Distribuição por caráter de atendimento

Eletivo: 17 casos (32%)

Urgência: 36 casos (68%)

d) Observações Relevantes

A maioria dos atendimentos (68% do total) foi de urgência, caracterizando demanda espontânea ou encaminhamentos emergenciais, situações geralmente fora do controle do gestor municipal. Esse tipo de atendimento ocorre em regime de "porta aberta" e, por sua própria natureza, não está sujeito à governabilidade local, uma vez que o gestor não possui controle prévio sobre a entrada do paciente, tampouco sobre o registro realizado pela unidade prestadora.

Os atendimentos eletivos representam apenas 32% do total, evidenciando um menor deslocamento de pacientes de Jaíba para Muriaé com essa finalidade.

Embora a existência de registros eletivos sem pactuação formal via PPI (Programação Pactuada e Integrada) possa suscitar questionamentos sobre a regulação desses casos, reafirmo que não houve, durante minha gestão, autorização ou solicitação para internações ou cirúrgicas eletivas no município de Muriaé. Além disso, não havia conhecimento de que outro município, como Rosário da Limeira, tivesse inserido pacientes de Jaíba no sistema de regulação para o Hospital São Paulo, em Muriaé.





Ressaltamos sobre a responsabilidade pelo registro no Sistema de Regulação (SUSFácil):

a) A legislação do SUS é clara quanto à responsabilidade pelo registro e acompanhamento de solicitações de procedimentos eletivos:

- Art. 18, II, da Lei nº 8.080/1990 - Compete ao município garantir a regulação da assistência à sua população;

- Resolução CIB-SUS/MG nº 2.849/2019 - O município solicitante é o responsável por inserir e acompanhar a demanda no SUSFácil;

Assim, se o município de Rosário da Limeira incluiu pacientes de Jaíba no sistema, a responsabilidade pelo registro é exclusivamente deste município, e não do município de Jaíba ou de sua gestora.

(Vide planilha presente no texto de Justificativa encaminhado)

**OBSERVAÇÃO:** Conforme detalhamento dos procedimentos realizados, os procedimentos realizados no município de Muriaé são de média complexidade e cirurgia geral.

#### 2. Sobre os atendimentos em São João Del Rei (MG):

Os encaminhamos de usuários do SUS do município de Jaíba para o Município de São João Del Rei.

Conforme registros: Vide planilha presente no texto encaminhado.

Atendimentos de usuários do SUS do município de Jaíba em São João Del Rei (MG):

Conforme registros, no período analisado foram realizados 36 atendimentos de pacientes do município de Jaíba no município de São João Del Rei, distribuídos da seguinte forma:

Eletivo: 18 casos (50%)

Urgência: 18 casos (50%)

Observações relevantes:

a) Os atendimentos de urgência são realizados em regime de "porta aberta", sem controle prévio do gestor municipal, sendo a entrada e registro do paciente de responsabilidade exclusiva da unidade prestadora.

b) Em relação aos atendimentos eletivos, parte deles se refere a procedimentos cirúrgicos e consultas especializadas viabilizados no âmbito da Portaria GM/MS nº 90, de 3 de fevereiro de 2023, que instituiu o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas. O referido programa tem como objetivo diminuir as filas e ampliar o acesso a cirurgias, exames e consultas, utilizando a capacidade ociosa dos serviços federais, estaduais e municipais - tanto da rede própria quanto da rede complementar - mediante incentivos financeiros federais e apoio técnico para superar obstáculos locais, especialmente em regiões com dificuldades de acesso.

Nesse contexto, determinados encaminhamentos de Jaíba para São João Del Rei ocorreram sem necessidade de pactuação formal via PPI, justamente por estarem respaldados pela Portaria GM/MS nº 90/2023, que permite a utilização de vagas disponíveis em outros municípios para acelerar o atendimento e reduzir a fila de espera, beneficiando diretamente os pacientes, sendo recursos FAEC. Ressalta-se que tais procedimentos não implicam irregularidade, pois se enquadram nas diretrizes do Programa, sendo a execução e a oferta resultantes de acordos operacionais no âmbito estadual e federal para otimização da capacidade instalada.

(Vide planilha no texto de Justificativa encaminhado)

#### 3. Sobre o pagamento de TFD ao paciente J.O.D.:

O caso do paciente J.O.D. foi situação excepcional. (referente a ordem de Pagamento nº07558, datada de 05/05/2023, favorecendo a acompanhante D.A.O.R.D e a ordem de Pagamento nº08587, datada de 09/05/2024, favorecendo a acompanhante D.A.O.R.D.).

Quando eu, L., assumi a Secretaria de Saúde, o referido paciente já se encontrava em tratamento contínuo desde 2017, conforme comprovado pelo cartão de acompanhamento, anexado a este documento, e tinha recomendações de não



transferência do tratamento, pois a interrupção do tratamento representaria grave retrocesso terapêutico e prejuízo irreparável à saúde do paciente. Por essa razão, foi autorizada a sua continuidade, tratando-se do único caso autorizado durante toda a minha gestão.

#### 4. Atuação da Gestora:

Eu L.S.S., pautei minha gestão na boa-fé administrativa, na transparência e no cumprimento rigoroso das normas vigentes. Todos os atos foram realizados dentro dos limites de governabilidade e dos instrumentos de gestão disponíveis. Não houve omissão, desvio ou falha, mas sim limitações estruturais e normativas, como a ausência de pactuação formal e a imprevisibilidade dos atendimentos de urgência.

#### 5. Conclusão:

Diante dos fatos e fundamentos expostos:

- a) Fica demonstrado que não houve responsabilidade direta da gestora pelos registros ausentes no SUSFácil referentes a procedimentos eletivos realizados fora do município, uma vez que tal atribuição é legalmente do município solicitante;
- b) O atendimento de urgência, por sua própria natureza, são incontroláveis e imprevisíveis para o gestor municipal;
- c) O caso J.O.D. foi situação única e justificada pela continuidade terapêutica;
- d) A conduta da gestora foi correta, transparente e pautada na legislação do SUS.

Solicita-se, portanto, que a auditoria reconheça que as situações apontadas decorreram de fatores alheios à governabilidade da gestora municipal, afastando qualquer imputação de responsabilidade à Sra. L.S.S..

4- O Sr. J.F.S. (pessoa física) não se manifestou a respeito dos achados de auditoria.

Análise da Justificativa: 1 - O Sr. W.L.S. informou que a atual gestão não encaminha pacientes do SUS para atendimento em municípios com os quais não possui pactuação formal estabelecida, de forma ativa, institucional ou deliberada. Relatou que o que se verifica, na prática, é a persistência de interferências políticas externas que operam à margem da estrutura administrativa da Secretaria.

Entretanto, confirmou a participação da SMS na ocorrência da não conformidade, ao explicar que cidadãos jaibenses buscam, por conta própria, atendimentos fora da rede pactuada e já chegam à sede da Secretaria com a Autorização de Internação Hospitalar (AIH) emitida diretamente pelo prestador, solicitando que o setor competente realize o cadastro da AIH no sistema SUSFácil para viabilizar a internação.

Afirmou que vem implementando medidas para romper com essa lógica informal, como o reforço às diretrizes internas de encaminhamento e a reorientação da equipe técnica sobre os fluxos legais e pactuados. Também relatou que vem buscando apoio para ampliar a oferta efetiva de cirurgias eletivas e oncológicas na região de referência. Contudo, não apresentou documentação comprobatória dessas alegações.

Além disso, o Sr. W.L.S. informou sobre a possibilidade de descontinuidade assistencial, caso a SMS de Jaíba interrompesse o fluxo assistencial estabelecido com a mediação de agentes políticos. De fato, essa é uma possibilidade real. Entretanto, é evidente que a assistência ao usuário não poderia ser interrompida em razão da descontinuidade de atendimentos fora dos fluxos assistenciais formalmente estabelecidos. E, de forma alguma, a desassistência é o objetivo dos apontamentos da auditoria.

Por fim, cabe destacar que a existência desse fluxo irregular coloca em risco princípios básicos do SUS, tais como:

- a) a universalidade, na medida em que não há garantia de que o agente político, qualquer que seja ele, possa assegurar o acesso a todos os usuários do município que tenham demandas semelhantes às que ele pretende atender;
- b) a integralidade, visto que fluxos de referência e contrarreferência podem ficar prejudicados, comprometendo o cuidado integral das pessoas atendidas;



c) a igualdade, na medida em que a assistência fora dos fluxos regulares da política pública de saúde não está imune a preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Por tudo isso, a SMS de Jaíba deve adotar providências imediatas para assegurar aos usuários do SUS do município, o acesso aos serviços de saúde, a partir de suas necessidades, em conformidade com os princípios da Lei Orgânica da Saúde e da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS.

2 - o Sr. J.L.G.F. se manifestou informando que atuou como secretário de saúde de Jaíba num período muito curto, compreendido entre 12/03/2020 a 23/03/2020 (12 dias) e que nesse período não houve autorização ou solicitação para internações ou cirurgias eletivas no município de Muriaé.

Em consulta à Planilha anexa ao Relatório de Auditoria nº 747, verificou-se que no período da gestão do Sr. J.L.G.F. foram realizadas duas internações de pacientes de Jaíba no Hospital São Paulo, em Muriaé, e essas internações tiveram caráter de urgência. Portanto, a equipe de auditoria decidiu acatar a justificativa do Sr. J.L.G.F. e excluir o referido gestor da lista de responsáveis pela não conformidade.

3- A Sra. L.S.S. relatou que a maioria dos atendimentos de pacientes de Jaíba em Muriaé foi de caráter de urgência, situação geralmente fora do controle do gestor municipal. Informou que não houve, durante sua gestão, autorização ou solicitação para internações ou cirurgias eletivas no município de Muriaé. Além disso, informou não ter conhecimento de que outro município, como Rosário da Limeira, tivesse inserido pacientes de Jaíba no sistema de regulação para o Hospital São Paulo, em Muriaé.

Em consulta à Planilha anexa ao Relatório de Auditoria nº 747, verificou-se que no período de 10/02/2021 a 26/08/2023, em que a Sra. L.S.S. era gestora de saúde, foram realizadas 13 internações eletivas de pacientes de Jaíba no Hospital São Paulo, em Muriaé. De fato, 12 dessas internações foram reguladas no SUS Fácil pelo Município de Rosário de Limeira. Entretanto, uma internação foi regulada pelo Município de Jaíba. Trata-se da internação do usuário A.F.S., ocorrida no período de 28 a 29/07/2023. Esse caso já comprova a participação da SMS de Jaíba no encaminhamento de pacientes para o Hospital São Paulo de Muriaé.

Além disso, a Sra. L.S.S. relatou que o caso do paciente J.O.D., que estava em tratamento em Muriaé foi uma situação excepcional, única e justificada pela necessidade de continuidade terapêutica. Confirmou o pagamento de ajuda de TFD para o paciente e sua acompanhante e, deste modo, confirmou a constatação de que houve encaminhamento pela SMS de Jaíba deste usuário para o Município de Muriaé.

Por fim, a Sra. L.S.S. relatou que no período de 2023 a 2024 foram realizadas 36 internações de pacientes de Jaíba em São João Del Rei, sendo 18 deles de caráter eletivo. E afirmou que determinados encaminhamentos de Jaíba para São João Del Rei ocorreram sem necessidade de pactuação formal via PPI, por estarem respaldados pela Portaria GM/MS nº 90/2023, que instituiu o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas. Segundo ela, tais procedimentos não implicam irregularidade, pois se enquadram nas diretrizes do Programa, sendo a execução e a oferta resultantes de acordos operacionais no âmbito estadual e federal para otimização da capacidade instalada.

Entretanto, a Sra. L.S.S. não apresentou documentos que comprovem que a SMS de Jaíba realizou ações de controle do acesso dos usuários de Jaíba aos procedimentos realizados em São João Del Rei e que estes encaminhamentos foram feitos de forma regular. Não foram apresentados, por exemplo: comprovantes de agendamento dos procedimentos no município de destino, comprovantes de atendimento, relatórios de contrarreferência e comprovantes da concessão de ajuda de custo de TFD (com hospedagem, transporte e alimentação) para pacientes e acompanhantes.

Ademais, não ficou demonstrado que a SMS de Jaíba possui um fluxo de encaminhamentos para os



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



municípios de Muriaé e São João Del Rei, estabelecido formalmente, de forma a atender os requisitos da Portaria GM/MS nº 90/2023. Além disso, conforme as normas dessa Portaria, a numeração das AIHs geradas por meio do Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas deverá possuir, em seu quinto dígito, o número 5 (vide artigo 10). E essa numeração foi verificada em apenas duas das 60 AIHs que constam da planilha de internações que ocorreram no Hospital São Paulo, em Muriaé.

Avaliando-se o conjunto das manifestações, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25.209.149/0001-06

**Recomendação:** 1. Assegurar o acesso dos usuários do SUS às ações e serviços de saúde disponíveis no próprio município, observadas as suas necessidades de saúde e considerando as normas, os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas do SUS, conforme previsto na Portaria de Consolidação MS/GM nº 1/2017, art. 19.

2. Encaminhar usuários do SUS para atendimento em municípios com os quais possui pactuação formal estabelecida, quando for necessário devido à indisponibilidade de serviços no próprio território, conforme previsto na Portaria de Consolidação MS/GM nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, § 3º e na Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021, Anexo III, item 4.1.g.

3. Observar a Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS, quanto às responsabilidades municipais, com destaque às seguintes: a) Pactuar na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) a organização da Rede de Prevenção e Controle do Câncer; b) Planejar, programar e regular as ações e os serviços necessários para a prevenção e o controle do câncer, assim como o cuidado integral à pessoa com câncer, considerando as necessidades de saúde locais e garantindo acesso oportuno e equidade no cuidado; c) monitorar, avaliar e auditar, no âmbito municipal, a oferta de serviços, a produção, o desempenho e a qualidade das ações e serviços de prevenção e controle do câncer - conforme previsto na Portaria GM/MS nº 6.590, de 3 de fevereiro de 2025, Art. 17.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25.209.149/0001-06

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 703713

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Referência/Contra-referência

**Constatação:** A SMS de Jaíba não encaminhou usuários do SUS para o Município de Muriaé (Hospital São Paulo), com a intermediação da SMS de Rosário de Limeira.

**Evidência:** Ao realizar a análise de uma planilha contendo os dados das 60 internações dos usuários de Jaíba no Hospital São Paulo de Muriaé, que se encontra anexa ao Relatório da Auditoria nº 747, verificou-se que 12 dessas internações foram solicitadas pelo SUS Fácil, pelo Município de Rosário da Limeira, no período de março de 2020 a agosto de 2023.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Durante as entrevistas realizadas com o Gestor de Saúde, o Sr. W.L.S., e com a Coordenadora de Regulação, a Sra. D.A.V., os mesmos afirmaram que não têm informação da ocorrência de encaminhamentos de usuários de Jaíba com a intermediação do Município de Rosário de Limeira.

Durante a auditoria operativa não foram apresentados documentos que comprovem a intermediação da SMS de Rosário de Limeira para encaminhamento de usuários do SUS de Jaíba para o Município de Muriaé (Hospital São Paulo).

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação MS/GM nº 01/2017, Título II, Capítulo II, Art.19; com a Portaria de Consolidação MS/GM nº 02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, Art. 10, § 3º item IV); e com a Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021 - Anexo III, item 4.1.g.

Fonte da Evidência: \*Planilha anexa ao Relatório da Auditoria nº 747, com dados das 60 internações dos usuários de Jaíba no Hospital São Paulo de Muriaé;

\*Laudos de solicitação de internação extraídos do SUSFácil, do período de março/2020 a agosto/2023;

\*Termo de entrevista do Sr. W.L.S., Secretário Municipal de Saúde de Jaíba, datado de 14/05/2025;

\*Termo de entrevista da Sra. D.A.V., Coordenadora de Regulação, datado de 15/05/2025.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 703714

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: O Setor de Regulação não realiza o controle e a regulação do acesso da população própria conforme definido nas pactuações, especialmente em relação à lista de procedimentos que foram realizados no Hospital São Paulo em Muriaé.

Evidência: Em Termo de Entrevista, a Sra. D.A.V., Coordenadora de Regulação, desde 06/01/2025, informou que os procedimentos realizados em Muriaé são, em sua maioria, cirurgias oncológicas. A referência de Jaíba na PPI, em relação à oncologia é Montes Claros e o controle desses procedimentos é realizado por Montes Claros, que é sede da Macrorregião de Saúde Norte e, portanto, responsável por realizar o agendamento desses procedimentos que são de alta complexidade.

No Relatório extraído do site da PPI/MG consta que Montes Claros é a referência para cirurgia em Oncologia para a microrregião saúde de Janaúba/Monte Azul, exceto para Oftalmologia, que está pactuada com Belo Horizonte.

Constatou-se que na SMS de Jaíba não existem agendas/planilhas/relatórios referentes à marcação e/ou à execução de procedimentos oncológicos realizados em Montes Claros. Existe somente um Caderno de Controle com o nome e o telefone dos pacientes que se encontram em tratamento oncológico. Portanto, a SMS de Jaíba não possui um acompanhamento sistematizado dos pacientes oncológicos que se encontram em tratamento ambulatorial/hospitalar.

Sobre o fluxo do paciente da Oncologia, a Coordenadora de Regulação informou que as portas de entrada são as Unidades Básicas de Saúde, que preenchem a guia de TFD e encaminham para a SMS de Jaíba, que por sua vez encaminha a documentação para a SMS de Montes Claros. Todos os agendamentos de oncologia são informados pelos hospitais de Montes Claros diretamente aos pacientes e também a uma funcionária de Jaíba que fica em Montes Claros. Essa funcionária informa o agendamento a outra funcionária da SMS de Jaíba por meio de WhatsApp.

Não existe classificação de risco feita pela médica reguladora em relação aos procedimentos oncológicos. Segundo a Coordenadora de Regulação, todos são considerados prioritários e são enviados para Montes Claros assim que chegam na SMS de Jaíba.

Em relação aos procedimentos cirúrgicos não relacionados à oncologia, a Coordenadora de Regulação informou que tanto a marcação quanto a execução são realizadas via Secretarias Municipais de Saúde de Janaúba e Montes Claros, que são, respectivamente, as sedes micro e macrorregionais.





Foram apresentados Protocolos de demanda de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, referentes ao mês de março de 2025, para marcação de consultas com cirurgiões em Montes Claros e Janaúba.

Segundo a Coordenadora de Regulação, quando as guias físicas de solicitação de cirurgias eletivas chegam na SMS de Jaíba, a médica reguladora realiza a classificação de risco (de acordo com a sua experiência no processo), confere e corrige os dados lançados no sistema informatizado utilizado na SMS, o INFOSUS.

Foram verificados in loco registros da classificação de risco realizada pela médica reguladora, tanto em arquivos físicos, quanto no INFOSUS.

Segundo a Coordenadora de Regulação, o relatório gerado pelo INFOSUS em relação à fila de espera por consulta para avaliação do cirurgião não é fidedigno, pois possui dados de pacientes que já realizaram a cirurgia e não comunicaram à SMS. Não foi possível gerar relatório dessa fila de espera, pois ela possui dados de mais de 2000 pacientes e o sistema estava apresentando erro para gerar essas informações.

As guias físicas de solicitação dos procedimentos cirúrgicos ficam arquivadas em pastas separadas por especialidade. Não existem planilhas de controle para organização das filas de espera.

Constatou-se que existe um Protocolo de Regulação do Acesso que está desatualizado e não tem sido utilizado pela médica reguladora do Município, para classificação de risco e definição das prioridades de atendimento.

Tais fatos estão em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1. "f" e "g" e com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 10, § 3º, Incisos II, III e IV.

Fonte da Evidência: \*Termo de Entrevista da Sra. D.A.V., Coordenadora de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba, de 15/05/2025;

\*Relatório extraído do site da Programação Pactuada Integrada - PPI/MG, da competência 05/2025. Foco de pesquisa: Origem; Discriminar por: Procedimento/Município; Tipo de Origem: Microrregião Janaúba/Monte Azul; Grupo: 100 - Outras Programações; Subgrupo: 10011 - Cirurgia em Oncologia;

\*Caderno de controle dos pacientes de Jaíba que se encontram em tratamento oncológico;

\*Relatório extraído do site da PPI Assistencial/MG, da competência 05/2025. Foco de pesquisa: Origem; Discriminar por: Procedimento/Município; Tipo de Origem: Município - Jaíba; Grupo: 100 - Outras Programações; Subgrupo: 10007 - Eletivo/Cirúrgico;

\*Protocolos de demanda de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (conforme PPI Assistencial), datados de 06/03/2025;

\*Registros da classificação de risco realizada pela médica reguladora, verificados in loco em 15/05/2025;

\*Guias físicas de solicitação de procedimentos cirúrgicos eletivos arquivados por especialidade, verificados in loco na Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba, em 15/05/2025;

\*Protocolo de Regulação do Acesso - Procedimentos de Alta e Média Complexidade de Jaíba, de maio de 2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio de Documento, datado de 31 de julho de 2025, o Sr. W.L.S. (pessoa física e responsável legal pela pessoa jurídica), se manifestou da seguinte forma:

A Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba reconhece a constatação referente à ausência de sistematização no controle e regulação do acesso da população, especificamente no que diz respeito aos procedimentos oncológicos realizados em Montes Claros. Compreendemos a importância de um acompanhamento fidedigno e transparente para garantir a efetividade da assistência prestada aos pacientes.

Nesse sentido, informamos que a Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba já tem em andamento um plano para aprimorar a sistematização da marcação e execução de procedimentos oncológicos em Montes Claros. O objetivo é implementar um sistema de registro e acompanhamento que permita ter uma visão clara da jornada do paciente oncológico, desde a sua





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



entrada no sistema até a conclusão do tratamento. Isso inclui a criação de agendas, planilhas e relatórios que serão atualizados de forma contínua, permitindo um monitoramento preciso e em tempo real.

Adicionalmente, no que tange à classificação de risco dos procedimentos oncológicos, a Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba está em processo de implementação de um fluxo formal e documentado para que a médica reguladora realize essa classificação. Reconhecemos que, embora todos os casos oncológicos sejam considerados prioritários, uma classificação de risco estruturada permitirá uma melhor organização e otimização dos encaminhamentos, garantindo que os pacientes com necessidades mais urgentes recebam atendimento de forma ainda mais célere e adequada.

Estamos comprometidos em solucionar integralmente as pendências identificadas, buscando aprimorar continuamente a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população de Jaíba. Acreditamos que a implementação dessas medidas contribuirá significativamente para a melhoria do controle, regulação e avaliação dos procedimentos oncológicos, assegurando que os pacientes recebam a assistência necessária de forma organizada e eficiente.

**Análise da Justificativa:** O Sr. W.L.S. confirmou a ocorrência da não conformidade ao afirmar que: reconhece a constatação referente à ausência de sistematização no controle e regulação do acesso da população, especificamente no que diz respeito aos procedimentos oncológicos realizados em Montes Claros.

Informou que a SMS de Jaíba já tem em andamento um plano para aprimorar a sistematização da marcação e execução de procedimentos oncológicos em Montes Claros. Também informou que está em processo de implementação de um fluxo formal e documentado para que a médica reguladora realize a classificação de risco dos procedimentos oncológicos. Entretanto não apresentou documentação comprobatória das alegações.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25.209.149/0001-06

**Recomendação:** 1. Realizar o controle e a regulação do acesso da população própria, conforme definido nas pactuações, especialmente em relação à lista de procedimentos que foram realizados no Hospital São Paulo em Muriaé, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1. "f" e "g" e na Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V e Art. 10, § 3º, Incisos II, III e IV.

2. Organizar o componente de regulação, no âmbito da Rede de Prevenção e Controle do Câncer, executando ações de monitoramento, controle, avaliação, auditoria e vigilância da atenção e da assistência à saúde; além de incluir a regulação médica para a garantia do acesso baseada em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 6.591, de 4 de fevereiro de 2025, Art. 15 e Art. 22, Inciso IV.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25 209.149/0001-06

**Grupo:** Regulação

**Constatação N°:** 703715

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Constatação:** A SMS de Jaíba não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

**Evidência:** Durante a auditoria, verificou-se o Relatório de Remanejamento extraído do Sistema GERASUS, no qual constam apenas duas solicitações feitas pelo Município de Jaíba, realizadas em 21/03/2025, de remanejamentos de procedimentos de ginecologia e de cirurgia geral do Município de Janaúba para o Município de Manga, cujos status são: "Aguardando aprovação de capacidade instalada (URS)".

Em consulta a Relatórios extraídos do site da PPI Assistencial, verificou-se que o município de referência para Jaíba para realização de cirurgias oncológicas é Montes Claros (exceto para oftalmologia, que é Belo Horizonte) e que os municípios de referência para as demais cirurgias eletivas não oncológicas são Janaúba, Montes Claros e Belo Horizonte.

A Sra. D.A.V., Coordenadora de Regulação, informou que os procedimentos realizados em Muriaé são, em sua maioria, cirurgias oncológicas e que a referência de Jaíba na PPI, em relação à oncologia é Montes Claros. Informou que não é viável retirar esses procedimentos de Montes Claros.

Entretanto, foram apresentados Ofícios emitidos pela SMS de Montes Claros em resposta a solicitações da SMS de Jaíba, com negativas para marcação de consultas com cirurgiões para avaliação/realização dos seguintes procedimentos cirúrgicos: Excisão e enxerto de pele (hemangioma, nevus ou tumor); nefrectomia total; Parotidectomia Parcial ou Subtotal e Setorectomia/Quadrantectomia, uma vez que faltam prestadores que executam os procedimentos cirúrgicos. Ressalta-se que esses dois últimos procedimentos contam na lista de procedimentos que foram realizados por usuários de Jaíba no Hospital São Paulo em Muriaé.

O município não apresentou documentos ou informações que pudessem demonstrar sua atuação junto ao Município de Montes Claros, à CIB Regional ou à SES-MG com o objetivo de manifestar, discutir e solucionar o descumprimento das metas ou demonstrar também tentativas de eventuais remanejamentos formais frente às limitações de acesso por sua população própria.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 - Texto na íntegra.

**Fonte da Evidência:** \*Relatório de Remanejamentos, extraído do Sistema GERASUS-SES/MG, do período de 01/01/2024 a 26/03/2025;

\*Relatório extraído do site da Programação Pactuada Integrada - PPI/MG, da competência 05/2025. Foco de pesquisa: Origem; Discriminar por: Procedimento/Município; Tipo de Origem: Microrregião Janaúba/Monte Azul; Grupo: 100 - Outras Programações; Subgrupo: 10011 - Cirurgia em Oncologia;

\*Relatório extraído do site da PPI Assistencial/MG, da competência 05/2025. Foco de pesquisa: Origem; Discriminar por: Procedimento/Município; Tipo de Origem: Município - Jaíba; Grupo: 100 - Outras Programações; Subgrupo: 10007 - Eletivo/Cirúrgico;

\*Termo de Entrevista da Sra. D.A.V., Coordenadora de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba, de 15/05/2025;

\*Ofícios nº 0292/REG/SMS/2024, de 03/09/2024; 0185/ REG/SMS/2024, de 20/06/2024; 0222/REG/SMS/2024, de 31/07/2024 e 0288/REG/SMS/2024, de 30/08/2024, emitidos pela Diretoria de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação da SMS de Montes Claros.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1 - A Secretaria Municipal de Saúde de Jaíba (pessoa jurídica) não apresentou justificativa.

2 - O Sr. W.L.S. (pessoa física) não apresentou justificativa.

**Análise da Justificativa:** Não foram apresentadas justificativas. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
------	----------



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA

25.209.149/0001-06

**Recomendação:** 1. Participar da elaboração e revisão periódica da PPI, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X e no Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 - Texto na íntegra.

2. Realizar as pactuações referentes à oncologia, respeitando os princípios e diretrizes da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS, em especial quanto à garantia de tratamento oportuno e seguro dos pacientes diagnosticados com câncer e com lesões precursoras o mais próximo possível ao seu domicílio, observados os critérios de escala e de escopo, conforme previsto na Lei Federal nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, Art. 7º, inciso III e na Portaria GM/MS nº 6.590, de 3 de fevereiro de 2025, Art. 10, Inciso XIII.

3. Qualificar a discussão no âmbito da CIB Regional no sentido de qualificar a implantação da Rede de Prevenção e Controle do Câncer, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 6.591, de 4 de fevereiro de 2025, Art. 22, Inciso X.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25 209.149/0001-06

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 703716

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

**Evidência:** Durante a auditoria, verificou-se que a Sra. D.A.D.L.M., assistente social, ocupante da função de Diretora Especial de TFD, desde 13/01/2025, atua sozinha no Setor de TFD da SMS de Jaíba.

Constatou-se, portanto, que não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD, composta pelo Secretário Municipal de Saúde, por um Médico, um Assistente Social e um funcionário responsável pelo TFD, formalmente nomeada pelo Gestor Municipal de Saúde.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140 e com o Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Normas Específicas, itens 1 e 2.2.

**Fonte da Evidência:** \*Termo de entrevista do Sr. W. L.S., Secretário Municipal de Saúde de Jaíba, de 14/05/2025;

\*Termo de entrevista da Sra. D.A.D.L.M., Diretora Especial de TFD, de 15/05/2025.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1- Por meio de Documento, datado de 31 de julho de 2025, o Sr. W.L.S. (pessoa física e responsável legal pela pessoa jurídica), se manifestou da seguinte forma:

Em resposta à Constatação nº 703716, que aponta a ausência de uma Comissão Municipal formalmente nomeada para o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), informamos que esta Secretaria Municipal de Saúde já sanou tal pendência.

A Comissão Municipal responsável pelo TFD foi formalmente instituída e nomeada, conforme estabelecido na Portaria da SMS de nº 003 de 2025. Esta portaria garante a regularização e a formalização da equipe responsável por gerenciar e acompanhar os procedimentos de TFD, assegurando a transparência e a conformidade legal das atividades desenvolvidas neste setor.

Acreditamos que a formalização desta comissão fortalecerá as ações relacionadas ao TFD, proporcionando um serviço mais organizado e eficiente para os munícipes de Jaíba que necessitam de tratamento em outras localidades.

**Análise da Justificativa:** O Sr. E.L.S. afirmou que sanou a não conformidade constatada, uma vez que a SMS instituiu a Comissão



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Municipal responsável pelo TFD, por meio da Portaria da SMS de nº 003 de 2025. Entretanto, o auditado não apresentou a referida Portaria, de modo a comprovar documentalmente as alegações.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas e documentos suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

#### Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25.209.149/0001-06

**Recomendação:** Instituir a Comissão Municipal responsável pelo TFD, formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde, além de garantir a realização das atividades próprias dessa Comissão, conforme previsto na Portaria de Consolidação SAES nº 01/2022, Título II, Capítulo II, Art. 140 e no Manual de Procedimentos de TFD, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Normas Específicas, itens 1 e 2.2.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JAIBA	25 209.149/0001-06

## VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 01/07/2025

Ofício Nº: 2852025

Data: 01/07/2025

## VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 285/2025, de 01/07/2025, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 770/2025 à SMS de Jaíba (pessoa jurídica), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 09/07/2025, conforme e-mail anexo ao processo de auditoria. Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 286/2025, de 01/07/2025, o Relatório Preliminar foi encaminhado ao Sr. W.L.S. (pessoa física), o qual foi recebido em 16/07/2025, conforme AR BN 409421324 BR. O Sr. W.L.S. (pessoa física e responsável legal pela pessoa jurídica) se manifestou por meio do Documento intitulado "Apresentação de justificativas ao Relatório Preliminar de Auditoria nº 747 - Auditoria Especial SUS-MG", datado de 31/07/2025, tendo sido as justificativas analisadas pela equipe de auditoria, para elaboração do Relatório Final de Auditoria.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 287/2025, de 01/07/2025, o Relatório Preliminar foi encaminhado a Sra. L.S.S. (pessoa física), o qual foi recebido em 16/07/2025, conforme AR BN 409421338 BR. A Sra. L.S.S. se manifestou por meio de Documento intitulado "Resposta de Notificação de Auditoria", datado de 08/08/2025, tendo sido as justificativas analisadas pela equipe de auditoria, para elaboração do Relatório Final de Auditoria.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 288/2025, de 01/07/2025, o Relatório Preliminar foi encaminhado ao Sr. J.L.G.F. (pessoa física), o qual foi recebido em 15/07/2025, conforme AR BN 409421341 BR. O Sr. J.L.G.F. se manifestou por meio de Documento intitulado "Resposta de Notificação de Auditoria", datado de 13/08/2025, tendo sido as justificativas analisadas pela equipe de auditoria, para elaboração do Relatório Final de Auditoria.

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 289/2025, de 01/07/2025, o Relatório Preliminar foi encaminhado ao Sr. J.F.S. (pessoa física), o



qual foi recebido em 28/08/2025, conforme AR BN409422015BR. O mesmo não se manifestou a respeito dos achados da auditoria.

O Relatório Final de Auditoria será enviado à pessoa jurídica, bem como às pessoas físicas responsáveis, para conhecimento e manifestação em segunda instância.

#### VIII - CONCLUSÃO

Durante a auditoria, verificou-se que o Município de Jaíba encaminhou e encaminha usuários do SUS para realização de procedimentos eletivos (principalmente, procedimentos cirúrgicos oncológicos) nos Municípios de Muriaé e São João Del Rei. Entretanto, Jaíba não possui pactuação formal estabelecida com esses municípios e a distância entre eles é de 927 e 803 km, respectivamente.

O Secretário Municipal de Saúde de Jaíba informou que a atual gestão não realiza esses encaminhamentos de forma ativa, institucional ou deliberada. Relatou que o que se verifica, na prática, é a persistência de interferências políticas externas que operam à margem da estrutura administrativa da Secretaria. Contudo, confirmou a participação da SMS na ocorrência da não conformidade, ao explicar que cidadãos jaibenses buscam, por conta própria, atendimentos fora da rede pactuada e já chegam à sede da Secretaria com a Autorização de Internação Hospitalar (AIH) emitida diretamente pelo prestador, solicitando que o setor competente realize o cadastro da AIH no sistema SUSFácil para viabilizar a internação.

Segundo relatos de usuários entrevistados durante a auditoria operativa, o Sr. J.B., atual vereador de Jaíba, é o responsável por fazer o contato com o médico W.R.B., que tem sido o profissional responsável por realizar a maioria das cirurgias em Muriaé e São João Del Rei. O transporte é realizado pelo Sr. J.B., em carro próprio, sendo que o custo das viagens é dividido entre os próprios pacientes. A hospedagem de pacientes e acompanhantes ocorre em uma Casa de Apoio que também é disponibilizada pelo Sr. J.B.. Segundo relato dos usuários, alguns gastos com alimentação são custeados por eles próprios. Todos os entrevistados relataram que os custos com a internação para a realização das cirurgias são pelo SUS.

O atual Secretário Municipal de Saúde de Jaíba afirmou que vem implementando medidas para romper com essa lógica informal, como o reforço às diretrizes internas de encaminhamento e a reorientação da equipe técnica sobre os fluxos legais e pactuados. Também relatou que vem buscando apoio para ampliar a oferta efetiva de cirurgias eletivas e oncológicas na região de referência. Contudo, não apresentou documentação comprobatória dessas alegações. A equipe de auditoria reconhece a importância das medidas propostas pela atual gestão e recomenda que as mesmas sejam, de fato, colocadas em prática.

Além disso, durante a auditoria, verificou-se que: a) o Setor de Regulação da SMS de Jaíba não realiza o controle e a regulação do acesso da população própria, conforme definido nas pactuações; b) a SMS de Jaíba não participa da revisão periódica da PPI e c) não existe Comissão Municipal responsável pelo Tratamento Fora do Domicílio.

Para cada constatação, foram feitas recomendações específicas direcionadas à entidade auditada. Mas de maneira geral, vale salientar a importância de que a SMS de Jaíba não favoreça a continuidade dos atendimentos oferecidos para os pacientes oncológicos fora dos fluxos e das regras do SUS. Esses atendimentos colocam em risco os princípios básicos do SUS de universalidade, integralidade e igualdade, previstos na Lei 8080, de 19 de setembro de 1990.

Além disso, ressalta-se a recomendação de que a SMS de Jaíba mantenha o respeito à Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS, estabelecida na Lei Federal nº 14.758, de 19/12/2023, na Portaria GM/MS nº 6.590, de 3/02/2025 e na Portaria GM/MS nº 6.591, de 4/02/2025. Destacando-se:

- a) O princípio de assegurar o tratamento oportuno e seguro dos pacientes diagnosticados com câncer e com lesões precursoras o mais próximo possível ao seu domicílio, observados os critérios de escala e de escopo;
- b) A diretriz de oferecer cuidado integral à pessoa com câncer, abrangendo desde ações de promoção da saúde e prevenção, a suspeita até investigação diagnóstica e tratamento, de forma oportuna e equitativa;
- c) A responsabilidade municipal de planejar, programar e regular o acesso às ações e serviços necessários para a prevenção, o controle e o cuidado integral à pessoa com câncer, considerando a base territorial e as necessidades de saúde locais.





Seguindo esses preceitos, a SMS de Jaíba contribuirá para o alcance dos objetivos propostos pela referida Política, que incluem: garantir o acesso ao cuidado integral aos usuários diagnosticados com câncer, contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses usuários e reduzir a mortalidade e a incapacidade causadas pelo câncer.

#### ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 770 , para conhecimento e manifestação:

1. Ofício de Aplicação de Penalidade à SMS de Jaíba (pessoa jurídica);
2. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. W.L.S. (pessoa física);
3. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. J.L.G.F. (pessoa física);
4. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria a Sra. L.S.S. (pessoa física);
5. Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria ao Sr. J.F.S. (pessoa física).

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também será dada ciência dos resultados dessa auditoria:

1. À Superintendência Regional de Saúde de Montes Calros;
2. Ao Conselho Municipal de Saúde de Jaíba.

